

III. ORGANISMOS ESPECIALIZADOS

III. ORGANISMOS ESPECIALIZADOS

Tal como definidos no Capítulo XVIII da Carta, são os organismos governamentais estabelecidos por acordo multilaterais, com determinadas funções em matérias técnicas de interesse comum para os Estados americanos. Gozam de plena autonomia técnica, observando, porém, as recomendações da Assembléia Geral e dos Conselhos. Este capítulo contém um resumo dos relatórios submetidos em cumprimento ao disposto nos artigos 127 e 91, f da Carta, pelos seguintes Organismos Especializados:

Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS);
Instituto Interamericano da Criança (IIN);
Comissão Interamericana de Mulheres (CIM);
Instituto Indigenista Interamericano (III);
Instituto Pan-Americano de Geografia e História (IPGH); e
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA).

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE

A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), estabelecida pela Segunda Conferência Internacional Americana (México, 1901-02), é o organismo regional para as Américas da Organização Mundial da Saúde (OMS). Sua missão é cooperar tecnicamente com os Estados membros e estimular a cooperação entre os mesmos, promover ambientes saudáveis, progredir rumo ao desenvolvimento humano sustentável e fazer com que a população das Américas alcance a meta de Saúde para Todos e por Todos. Está sediada em Washington, D.C. Seu Diretor é o Senhor George A. O. Alleyne.

No período abrangido por este relatório, a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) continuou a colaborar com os países membros na promoção do pan-americanismo e do acesso equitativo aos cuidados de saúde, por meio de cinco áreas programáticas principais. Os exemplos seguintes destacam algumas das atividades de importância desenvolvidas em cada área.

Promoção e proteção da saúde

Tabagismo

A OPAS assumiu o compromisso de reduzir o tabagismo mediante atividades de prevenção e promoção. Para tanto, melhorou os sistemas de informação e vigilância, tanto a respeito do tabagismo como da sua mortalidade correlata, calculada em um milhão de óbitos anuais nas Américas. Também colaborou com os Centros de Controle e Prevenção de Doenças (CDCs) dos Estados Unidos e com a Organização Mundial da Saúde para a realização da Pesquisa Mundial sobre o Tabagismo e os Jovens. Em maio de 2001, a OPAS lançou a iniciativa *América libre del humo*, para reduzir a exposição à fumaça ambiental produzida pelo tabagismo no Continente. Os Estados membros continuaram as negociações sobre a Convenção Quadro para a Luta contra o Tabagismo.

Saúde e desenvolvimento humano

Biblioteca Virtual em Saúde (BVS)

A OPAS, por intermédio do Centro Latino-Americano e do Caribe para Informação em Ciências (BIREME), continuou a desenvolver a rede regional de informação sanitária com a finalidade de apoiar o processo decisório de planejamento e execução de políticas públicas. A BVS é um repositório de conhecimentos científicos e técnicos em saúde, devidamente gravados, preservados e armazenados em formato eletrônico, com acesso universal pela Internet, e compatível com numerosos bancos internacionais de dados. A ampliação da BVS é um dos mandatos emanados da Cúpula das Américas de 2001.

Proteção e desenvolvimento ambiental

Infra-estrutura de água e saneamento

A OPAS deu atenção especial ao desenvolvimento de tecnologia de baixo custo em matéria de água e saneamento para populações pobres urbanas e rurais. Esta tarefa é liderada pelo Centro Pan-Americano de Engenharia Sanitária e Ciências do Ambiente (CEPIS). Entre suas iniciativas, o CEPIS deu

início a um projeto destinado a melhorar os dados de laboratório sobre qualidade da água, completou um levantamento regional do tratamento e uso de águas residuais, trabalhou em matéria de normas de vigilância da água potável e realizou um estudo que estabelece critérios para a tomada de decisões tendentes a reduzir as desigualdades de acesso à água potável.

Desenvolvimento de sistemas e serviços de saúde

Reforma do setor da saúde

Mediante a Iniciativa Regional de Reforma do Setor da Saúde na América Latina e no Caribe, a OPAS continuou a criar instrumentos e métodos, reunido e divulgando informação e intercambiando experiências para apoiar os processos de reforma do setor da saúde em cada Estado membro. Para tanto, criou uma rede eletrônica de análise e informação sobre a reforma, composta por uma biblioteca virtual, uma fonte de dados sobre a reforma, mais de 20 perfis dos sistemas e serviços de saúde dos países, uma rede de contatos e um inventário de todos os resultados da iniciativa.

Prevenção e controle de doenças

Infecção pelo HIV/AIDS

A OPAS realizou consultas sub-regionais sobre sua estratégia “passo a passo” de atenção integral aos aidéticos ou às pessoas infectadas pelo HIV. Também empreendeu iniciativas nas áreas da transmissão materno-infantil, acesso acelerado aos medicamentos antiretroviróticos, promoção da saúde sexual e serviços às populações em deslocamento constante, especialmente os migrantes.

Nesse sentido, em conformidade com a Agenda Comum Para a Saúde nas Américas, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Mundial e a OPAS criaram um grupo de trabalho especial para apoiar os países em sua luta contra a infecção pelo HIV/AIDS. Em particular, a OPAS colaborou com o Banco Mundial no Caribe e com o BID no âmbito de uma iniciativa no Haiti, e ajudou o BID a incorporar as atividades de controle da infecção pelo HIV/AIDS a alguns de seus projetos na América Central. No Caribe, o Centro de Epidemiologia do Caribe (CAREC) da OPAS formulou um plano regional de combate à infecção pelo HIV/AIDS. Em junho de 2001, a OPAS participou do período extraordinário de sessões da Assembléia Geral das Nações Unidas sobre o HIV/AIDS, em Nova York.

Apoio à prestação de cooperação técnica

A OPAS desempenhou destacado papel na coordenação e redação do componente de saúde do Plano de Ação da Terceira Cúpula das Américas, realizada em abril de 2001, em Québec. Este plano, o mais extenso até hoje preparado, habilitará os países a renovar seu compromisso com as metas de Cúpulas anteriores e empreender novas ações de reforma sanitária, controle de doenças transmissíveis e não-transmissíveis e questões relativas à saúde da mulher, ao meio ambiente e aos povos indígenas. Também facilitará o uso das tecnologias e dos meios disponíveis para comunicar e compartilhar informação. A OPAS publicou um relatório sobre os avanços registrados em relação aos compromissos assumidos na Cúpula das Américas de 1994 e na de 1998, que aparece no endereço <http://www.paho.org/English/DEC/home.htm>.

No contexto da iniciativa da Agenda Comum para a Saúde, lançada em 2000, a OPAS, o Banco Mundial e o BID deram seqüência à sua colaboração em quatro áreas de liderança: contas sanitárias

nacionais, medicamentos, vigilância epidemiológica e meio ambiente. As três instituições também elaboraram um plano de ação para fortalecer a vigilância regional das doenças transmissíveis, apoiar o desenvolvimento da capacidade de vigilância das doenças crônicas e estabelecer metas para a obtenção de melhores resultados em saúde.

INSTITUTO INTERAMERICANO DA CRIANÇA

Criado pelo Quarto Congresso Pan-Americano da Criança, em 1924, e estabelecido em 1927, o Instituto Interamericano da Criança (IIN) tem por objetivo promover a geração de políticas públicas sobre a infância, articular as relações entre o Estado e a sociedade civil e desenvolver uma consciência crítica a respeito dos problemas da infância nas Américas. Está sediado em Montevideu, Uruguai. Seu Diretor-Geral é o Senhor Alejandro Bonasso.

O Instituto Interamericano da Criança, cuja prioridade é introduzir na agenda política da região a proteção integral dos direitos da infância, consagrados na Convenção de 1989, tem por objetivos promover a profissionalização do trabalho com a infância e a descentralização das intervenções entre os organismos vinculados com a atenção, a defesa e a prevenção dos abusos contra crianças.

A agenda institucional procurou prestar apoio técnico às ações nacionais em torno dos temas dos maus tratos intrafamiliares, situações de rua, prevenção da dependência de drogas, violência sexual, adoção internacional, deficientes e registro civil, e promover a instalação, em todos os Estados membros, de sistemas de informação sobre a infância.

O Instituto tem a seu cargo a execução do Plano Estratégico 2000-04, na qual se destacam as seguintes ações, realizadas neste período:

- As ações dirigidas à inserção dos temas da infância e da juventude nos mais altos foros do Continente, como a Cúpula das Américas realizada em Québec.
- A organização, em conjunto com o UNICEF, do Encontro Regional das Américas sobre Exploração Sexual Comercial, preparatório do Segundo Congresso Mundial, realizado em Yokohama, Japão.
- A Segunda Reunião de Primeiras-Damas da América Central, Belize, Panamá e República Dominicana. Esse encontro, que deu continuação ao realizado no ano anterior em El Salvador, teve por objetivo identificar, compartilhar e promover iniciativas e propostas que contribuam para que nenhum menino, menina ou adolescente careça de documento de identidade e, portanto, possa exercer seus direitos a cobertura de saúde ou educação, recreio ou habitação, para tanto dispondo de adequados sistemas de informação para o acompanhamento de direitos.
- O acordo assinado com a Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (ACDI / CIDA), que designou o IIN como entidade executora de um projeto sobre trabalho infantil no âmbito do Protótipo de Políticas Focalizadas promovidas pelo Instituto, no montante de US\$250.000, que inclui o financiamento de uma estratégia institucional de captação de fundos externos necessários para a execução dos programas do Plano Estratégico.
- A promoção de protótipos de leis e de políticas públicas para a infância, relacionados com os artigos 23, 32, 33 e 34 da Convenção sobre os Direitos da Criança e, em particular, com os temas de deficiência, trabalho infantil, uso indevido de drogas e exploração sexual.

- A reestruturação administrativa e orçamentária, com a finalidade de racionalizar e reduzir os custos de pessoal de modo a permitir uma transferência de recursos para o plano operacional.
- A aplicação de uma política de fortalecimento da imagem do IIN, o que implicou, entre outros aspectos relevantes, uma modificação do logotipo institucional e substanciais mudanças de desenho no *site* do Instituto na Internet.
- O fortalecimento da Rede Interamericana de Informação sobre a Infância, com a instalação de centros nacionais de informação na Guatemala e na República Dominicana e as atuais negociações para uma próxima instalação na Venezuela.
- As atividades do Sistema de Informação sobre a Infância (SIPI) na América Central, apoiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento mediante um financiamento superior a US\$500.000 e já iniciadas na Nicarágua.
- O acordo com a organização não-governamental *Plan Internacional*, para a promoção de uma política regional de registro civil na América Central, República Dominicana e Haiti, e para a elaboração e o início da execução de um projeto de registro de nascimentos na região, cuja necessidade foi enfatizada em vários foros internacionais.
- O convênio com a Rede de Televisão da América Latina (RAL) para a produção de um novo vídeo institucional sobre o direito de identidade, que deverá ser divulgado nos Estados membros com o apoio financeiro do Ministério do Trabalho e Assuntos Sociais da Espanha.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE MULHERES

Criada pela Sexta Conferência Internacional Americana (Havana, 1928), a Comissão Interamericana de Mulheres (CIM) é um organismo consultivo da OEA no que se relaciona ao tema da mulher no Hemisfério. Tem por objetivo promover e proteger os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais da mulher e, nesse contexto, informa os governos sobre os progressos realizados e os problemas a considerar, e formula estratégias para superá-los. Está sediada em Washington, D.C. Sua Presidente é a Senhora Indranie Chandarpal, Ministro do Trabalho, Serviços Humanos e Seguridade Social da Guiana, e sua Vice-Presidente é a Licenciada Nora Uribe, da Venezuela. São países membros do Comitê Diretor para o período 2000-02 o Canadá, a Costa Rica, Honduras, a República Dominicana e o Uruguai. A Secretária Executiva da Comissão é a Senhora Carmen Lomellin.

A CIM orientou suas ações para o cumprimento do Programa Bienal de Trabalho 2000-02 aprovado pela Trigésima Assembléia de Delegadas da CIM, e dos mandatos do Trigésimo Primeiro Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA e das Cúpulas das Américas, e atribuiu atenção especial às atividades vinculadas com o desenvolvimento do Programa Interamericano para a Promoção dos Direitos Humanos da Mulher e da Igualdade e Equidade de Gênero (PIA):

Incorporação da perspectiva de gênero em reuniões ministeriais

A CIM coordenou a elaboração de recomendações para incorporar a perspectiva de gênero nos programas e políticas dos ministérios do trabalho. Tais recomendações foram apresentadas na reunião preparatória da Décima Segunda Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho (CIMT) e consideradas na reunião ministerial realizada em Ottawa, Canadá, em outubro de 2001. Posteriormente, a CIM convocou uma reunião com representantes dos governos e da sociedade civil para analisar a inserção do tema do gênero na Declaração e Plano de Ação da Décima Segunda CIMT e formular recomendações para a sua implementação. As linhas de ação e as recomendações gerais desta reunião (SEPIA I, Gênero e trabalho) foram adotadas pelo Comitê Diretor em sua Terceira Reunião Ordinária e transmitidas aos Ministros do Trabalho e à Secretaria *pro tempore* da Décima Segunda CIMT. Iniciou-se um processo similar de preparação de recomendações sobre a incorporação do tema da perspectiva de gênero na reunião dos Ministros da Justiça, a ser realizada em março de 2002.

Capacitação em gênero no âmbito da OEA

A Comissão iniciou o projeto conjunto CIDA/CIM/OEA acordado entre o Governo do Canadá e a Secretaria-Geral, que visa a capacitar os funcionários da OEA em matéria de integração da perspectiva de gênero em programas e políticas. Para tanto, estabeleceu-se uma comissão de orientação, preparou-se o plano e o orçamento de trabalho, identificaram-se os possíveis participantes e ofereceu-se o primeiro curso de capacitação. O projeto tem duração de dois anos e conta com um financiamento de 500.000 dólares canadenses (US\$327.328).

Programa de treinamento em liderança empresarial para jovens

A experiência piloto deste programa realizou-se em maio de 2001, na Argentina, sob os auspícios da Subsecretaria de Igualdade de Oportunidades do Governo da Província de Buenos Aires e com o apoio do Centro Internacional de Capacitação Golda Meir Monte Carmel (MCTC), de Israel. O curso teve por objetivo treinar jovens em gestão de microempresas, geração de emprego, planejamento empresarial, acesso a crédito, capacitação e educação à distância e participação e liderança da mulher. Participaram do curso 40 pessoas, 70% das quais eram mulheres. Entre os participantes encontravam-se jovens microempresários, representantes de organizações da sociedade civil e funcionários municipais das áreas de produção, desenvolvimento de microempresas e emprego.

Fundo Semente de CIM

Por mandato da Trigésima Assembléia de Delegadas da CIM, os recursos do Fundo Semente 2000-02 foram concedidos a projetos orientados para a implementação do PIA. Nesse contexto, o Comitê Diretor destinou os fundos a oito projetos apresentados pela Argentina, Chile, El Salvador (2), Guiana, Panamá, Paraguai e Uruguai.

Seguimento das Cúpulas das Américas

A CIM participou das atividades prévias à Terceira Cúpula das Américas. As recomendações emanadas da Trigésima Assembléia de Delegadas, no sentido de incorporar a perspectiva de gênero na Declaração e Plano de Ação da Cúpula foram elevadas ao Presidente do Grupo de Revisão da Implementação das Cúpulas (GRIC) e mereceram o apoio dos Chefes de Estado e de Governo.

Eliminação da violência

A CIM continuou a executar o projeto “A violência contra a mulher: análise regional”, incluindo um estudo da Convenção de Belém do Pará iniciado em 1999 e desenvolvido em conjunto com o Centro Internacional para a Reforma do Direito Penal e da Política em Matéria de Justiça Penal (ICCLR) e o Programa Mulher, Justiça e Gênero, do Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para a Prevenção do Delito e o Tratamento do Delinqüente (ILANUD). Neste período, realizaram-se duas reuniões sub-regionais de peritos, no Equador e no Panamá, para apresentar e analisar os resultados da pesquisa e formular recomendações sub-regionais sobre as áreas de atenção prioritária. Entre as recomendações, destacam-se: a implementação de políticas interinstitucionais e intersetoriais, com alocação de recursos para combater a violência; a formação de registros estatísticos de indicadores discriminados por sexo e idade, para o acompanhamento do problema; a capacitação de todos interessados, para a abordagem do tema; e a atenção integral às mulheres vítimas de violência, assegurando seu acesso à justiça. Em ambos os países, instalaram-se secretarias *pro tempore* da CIM para o seguimento da implementação das recomendações na sub-região.

A Secretaria Permanente apresentou ao Trigésimo Primeiro Período Ordinário de Sessões da Assembléia Geral da OEA o segundo relatório bienal da CIM sobre o cumprimento da resolução AG/RES. 1456 (XXVII-O/97), Promoção da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher - Convenção de Belém do Pará -, com os resultados do projeto mencionado no parágrafo anterior e destacando o progresso alcançado pela região neste campo.

Continuou também o desenvolvimento do projeto *Estudio sobre el Tráfico de Mujeres y Niños para fines de explotación sexual en las Américas*, em associação com o Instituto Interamericano da Criança (IIN) e o Instituto Internacional de Direitos Humanos da Universidade De Paul, de Chicago (IHRLI). Finalizou a pesquisa nos países da América Central e iniciou o processo de análise e formulação de observações sobre os relatórios recebidos. No Brasil, realizou reuniões de coordenação do projeto com organizações governamentais e não-governamentais e recebeu relatórios de andamento. Estabeleceram-se os contatos para dar início ao trabalho no México, Argentina, Belize, Chile, Colômbia e Jamaica.

Participação da mulher em estruturas de poder e no processo decisório

A CIM participou, como co-patrocinadora e membro, do Conselho do Programa de Representação e Liderança da Mulher (PROLID), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que financia projetos de liderança no Hemisfério. Neste período, aprovou-se o financiamento de 10 projetos na América Central e na região andina.

Difusão e divulgação

Com o apoio técnico do Departamento de Informação Pública da OEA, produziu-se o vídeo *Mujer de las Américas*, sobre a condição da mulher no Hemisfério. O vídeo está disponível em espanhol e inglês e será difundido em 2002.

INSTITUTO INDIGENISTA INTERAMERICANO

Criado mediante a Convenção Internacional de Pátzcuaro, em 1940, o Instituto Indigenista Interamericano tem como objetivos fundamentais colaborar na coordenação das políticas indigenistas dos Estados membros e promover trabalhos de pesquisa e treinamento de pessoas dedicadas ao desenvolvimento das comunidades indígenas. Está sediado na cidade do México, D.F. Seu Diretor é o Senhor José Manuel del Val Blanco.

Reuniões do Conselho Diretor

Na reunião de 5 de abril de 2001, com a presença dos países membros, o etnólogo José del Val Blanco informou o Conselho Diretor a respeito das dificuldades econômicas causadas pela falta de pagamento de cotas por alguns membros do Instituto Indigenista Interamericano, agravada pela decisão dos Estados Unidos de retirar-se do III. Esta situação repercutiu na estrutura de cotas, dado que a contribuição dos Estados Unidos representa 45% da receita do Instituto.

A respeito, apresentou-se na reunião uma proposta de dissolução e evolução do Instituto e convocou-se uma reunião extraordinária do Conselho Diretor para que os países membros apresentassem suas considerações e decisões sobre a iniciativa, ou sobre a alternativa de obter cotas ou contribuições adicionais que gerem um quadro de maior solvência para o organismo.

A participação dos Estados membros na reunião do Conselho Diretor realizada em 14 de junho de 2001 permitiu dinamizar uma rodada de opiniões em torno da proposta de dissolução e evolução do Instituto, tendo-se sugerido uma reestruturação do sistema de cotas.

Na Reunião Extraordinária do Conselho Diretor, realizada em 7 de julho de 2001, apresentou-se o documento *Consideraciones preliminares sobre el destino institucional del III*, que abordou diferentes posicionamentos sobre as atividades específicas que implicava a evolução do Instituto e incluía propostas sobre o desenvolvimento de projetos como o Centro de Documentação e Informação de Povos Indígenas das Américas “Manuel Gamio” e o Foro Permanente de Povos Indígenas na OEA. Apresentou-se também a proposta de reestruturação de cotas do Instituto.

Na reunião do Conselho Diretor de 9 de outubro de 2001, o etnólogo José Manuel del Val Banco apresentou sua renúncia em caráter irrevogável ao cargo de Diretor do Instituto Indigenista Interamericano.

Publicações

O Instituto publicou os seguintes trabalhos: *Pueblos indígenas y derechos constitucionales en América Latina: Un panorama*, de Cletus Gregor Barié (Instituto Nacional Indigenista, México), e *El encuentro de la gente y los insensatos. La sedentarización de los cazadores Ayoreo en el Paraguay*, de Miguel Alberto Bartolomé (Universidade Católica “Nuestra Señora de la Asunción”, Paraguai).

INSTITUTO PAN-AMERICANO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA

Criado pela Sexta Conferência Internacional Americana (Havana, 1928), o Instituto Pan-Americano de Geografia e História (IPGH) oferece cooperação técnica, treinamento em centros de pesquisa, divulgação de publicações e organização de reuniões técnicas nos campos da cartografia, geografia, história e geofísica. Está sediado na Cidade do México, D.F. Seu Secretário-Geral é o Senhor Carlos A. Carvallo Yáñez.

Na Décima Sétima Assembléia Geral, realizada em Bogotá, foram eleitas as autoridades para o período 2000-05 e aprovadas 38 resoluções que regerão a vida institucional e acadêmica do IPGH nos próximos anos. Além disso, as reuniões de consulta das quatro comissões de trabalho do IPGH, das quais participaram pesquisadores dos 21 países membros, fixaram as políticas, as estratégias, a estrutura e as linhas de pesquisa e trabalho para o citado período.

O IPGH apoiou e financiou 32 projetos de pesquisa e treinamento, executados em 11 países. Dez projetos corresponderam à Comissão de Cartografia, seis à de Geografia, oito à de História e oito à de Geofísica, no montante total de US\$226.560. Também deu apoio indireto a eventos, cursos e reuniões vinculadas às tarefas científicas e técnicas do Instituto.

No contexto do Plano de Modernização do IPGH, divulgou-se com rigor técnico o Edital para Projetos de Assistência Técnica para 2002, o Edital para Projetos de Longo Prazo – 2002 e o Edital para o Prêmio Anual de História Colonial da América “Silvio Zavala”. Para o primeiro, foram recebidos 69 pedidos de projetos, provenientes de 15 países membros. Para o segundo, receberam-se 29 pedidos que constituem um avanço científico e técnico e uma interessante carteira de futuros projetos, na medida em que o IPGH consiga interessar organismos e agências internacionais em seu financiamento. Para o Prêmio Silvio Zavala, receberam-se 26 obras provenientes de 11 países. A premiação será realizada em 7 de fevereiro de 2002, por ocasião do 74º aniversário do IPGH.

A pedido do Secretário-Geral da OEA, o Instituto participou dos trabalhos técnicos de demarcação da fronteira entre Belize e a Guatemala. Cabe destacar que, nesta tarefa, coube ao IPGH um ativo papel na solução de um sério problema de fronteira entre os dois Estados, demonstrando a confiança que é depositada no Instituto, na sua neutralidade e na sua qualidade técnica para abordar assuntos como estes.

Continuando as atividades de preparação do Atlas Multimídia, em 21 fevereiro de 2001 o IPGH entregou à Presidente da República do Panamá, Senhora Mireya Moscoso, o *Atlas Multimedia El Canal de Panamá*, resultado da cooperação técnica oferecida a esse país. O Atlas, oferecido em disco compacto, é um meio de conhecimento, de educação e de formulação de políticas e estratégias de desenvolvimento. De maneira inovadora e moderna, oferece informação múltipla de caráter multidisciplinar que permite dosar a informação de acordo com o interesse e os requisitos do usuário.

No período abrangido por este relatório, pesquisadores e cientistas de 10 países do Hemisfério receberam medalhas e diplomas de reconhecimento por 25 e 50 anos de serviços prestados ao IPGH. Ademais, iniciou-se a distribuição de livros sobre temas vinculados às atividades do Instituto e publicados por autores dos países membros, atualizou-se a maioria de suas sete revistas especializadas e ofereceram-se numerosas publicações ocasionais, que chegam às principais bibliotecas e centros de formação e pesquisa de todos os seus países membros.

O IPGH editou e distribuiu as seguintes publicações periódicas: *Revista Cartográfica* Nos. 68, 69, 70 e 71; *Revista Geográfica* Nos. 128, 129 e 130; *Revista de Historia de América* Nos. 126, 127 e 128; *Revista de Arqueología Americana* Nos. 17-19; *Revista Geofísica* Nos. 52-53, 54 e 55; e os *Boletines Aéreos* Nos. 268 (janeiro-abril), 269 (maio-agosto) e 270 (setembro-dezembro).

Publicações ocasionais: *Humboldt el otro descubrimiento*, volumes 1 e 2; *Humboldt y la modernidad*, *Contribuciones a la Historia de la Ciencia en Bolivia*; *España: última colonia de sí misma*; *La Gran Expedición de Alejandro Malaspina a América (1789-1795)*; e *Memorias del IV Simposio Panamericano de Historia de la Comisión de Historia*.

Em 28 e 29 de junho, realizou-se em Bogotá a Quinquagésima Quinta Reunião de Autoridades. O Comitê Assessor de Planejamento e Avaliação reuniu-se em 2 de julho, na mesma cidade. Em 23 de outubro, realizou-se também em Bogotá a Quinquagésima Sexta Reunião de Autoridades; de 24 a 26 de outubro, realizaram-se as reuniões de consulta da quatro comissões do IPGH, e de 29 de outubro a 1º de novembro, sua Décima Sétima Assembléia Geral.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA

Fundado em 1942, o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) é o organismo especializado do Sistema Interamericano para o setor agropecuário. Estimula, promove e apóia os esforços dos Estados membros para alcançar seu desenvolvimento agrícola e o bem-estar rural. Está sediado em São José, Costa Rica. Seu Diretor-Geral é o Senhor Chelston W. D. Brathwaite.

O segundo Plano de Médio Prazo do IICA (1998-2002) tem como tema central a recolocação da agricultura e da vida rural na agenda interamericana. Por isso, no período correspondente a 2001, um importante componente da ação institucional foi o reconhecimento de que os Chefes de Estado e de Governo fortaleceram o diálogo interamericano e reforçaram o compromisso com a integração e o desenvolvimento das Américas.

Nesse contexto, o IICA ampliou sua missão de promover serviços de cooperação em apoio ao desenvolvimento sustentável da agricultura e do meio rural, de acordo com sua própria visão de instituição líder na cooperação para alcançar a transformação integral e sustentável da agricultura no Hemisfério mediante uma ação focalizada, a excelência qualitativa na sua execução, uma proatividade criativa e inovadora e a orientação do cliente por meio de uma cooperação participativa e empenhada.

Nesse sentido, podem-se destacar na região andina os assessoramentos em organização institucional e promoção comercial; a modernização da sanidade agropecuária, em que se destaca o programa SANIBANANO no Equador; a integração das capacidades dos sistemas nacionais e internacionais de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, com a participação de mais de 6.000 profissionais e mais de 480 eventos especializados; o apoio à formulação de políticas, planos e programas de desenvolvimento e de microempresas rurais; e a realização de 10 cursos regionais de capacitação para a formação de instrutores.

Na região do Caribe, destaca-se o desenvolvimento de centros de aprendizado à distância em quatro países; o melhoramento do planejamento setorial em oito países; o controle da mosca da carambola em dois países; o desenvolvimento regional de agroempresas, especialmente na área das frutas tropicais, orquídeas, agroecoturismo e hortaliças frescas e de sistemas não-tradicionais de produção para pequenos agricultores; o manejo de recursos hídricos; e o apoio ao Conselho Caribenho de Educação Agrícola Superior e ao desenvolvimento de microempresas para a mulher e a juventude rural.

Na região da América Central, a cooperação técnica centrou-se nas seguintes atividades: desenvolvimento das capacidades de negociação e harmonização de políticas de competitividade agrícola; fortalecimento dos sistemas de transferência de tecnologia; organização comunitária e institucional para a melhoria da qualidade da vida rural, mediante apoio à consolidação do Conselho Agropecuário Centro-Americano (CAC); fortalecimento da capacidade de formulação de políticas e execução de programas de sanidade e higiene agropecuária e inocuidade de alimentos; e o desenvolvimento da agricultura, da silvicultura e do pastoreio nas zonas de fronteira.

Na Região Norte, avançou-se no programa de intercâmbios para agricultores, especialistas e jovens líderes com o Canadá, e no acesso a tecnologias de informação e comunicação para comunidades rurais. Nos Estados Unidos, fortaleceu-se o patrocínio de missões comerciais à América Latina e ao Caribe, em colaboração com os setores público e privado. No México, as ações mais importantes concentraram-se na cooperação com a Secretaria de Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento Rural, Pesca

e Alimentação, em aspectos relacionados com a modernização do Sistema de Sanidade Agropecuária e Inocuidade de Alimentos, projetos de desenvolvimento rural, áreas marginalizadas, micro-financiamento rural e comercialização para pequenas empresas de interesse social.

Na Região Sul, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural (PROCORDER), as ações abrangeram o projeto de desenvolvimento agropecuário no assentamento de Itaparica, Brasil, o projeto regional de crédito para o Nordeste do Paraguai, a análise do setor agroalimentar da Argentina, a modernização do ensino vocacional agropecuário e florestal no Chile, a modernização de explorações e o desenvolvimento de pequenos agricultores no Uruguai e o fortalecimento da pesquisa agropecuária em todos os países da região.

Em meados do ano, inaugurou-se o Escritório do IICA na Espanha, com o mais amplo e decidido apoio do Governo espanhol, por intermédio do Ministério da Agricultura e Pecuária. O Escritório está chamado a se converter em valioso instrumento para a formação de alianças estratégicas com países e organismos da Europa.

Finalmente, a Junta Interamericana de Agricultura (JIA) – órgão superior do IICA – passou a revestir nova dimensão, outorgada a partir da resolução AG/RES. 1728 (XXX-O/00), aprovada no Trigésimo Período Ordinário de Sessões da OEA (Windsor, Canadá), que a define como “o principal foro de nível ministerial na OEA incumbido de analisar as políticas e prioridades estratégicas voltadas para o melhoramento da agricultura e da vida rural no Hemisfério de formar consenso sobre as mesmas”. Complementarmente, o Plano de Ação da Terceira Cúpula das Américas, em sua seção “Gestão agrícola e desenvolvimento rural”, instruiu os Ministros da Agricultura a que, na próxima reunião da JIA, “promovam uma ação conjunta de todos os atores do setor agrário, orientada para o melhoramento da agricultura e da vida rural, capaz de permitir a implementação dos Planos de Ação das Cúpulas das Américas”. Como resultado, na Décima Primeira Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura, realizada em Punta Cana, República Dominicana, alcançaram-se os consensos hemisféricos que se refletem na “Declaração de Punta Cana para o Melhoramento da Agricultura e da Vida Rural nas Américas” e nas “Orientações Estratégicas de uma Agenda Comum para a Comunidade da Agricultura e da Vida Rural nas Américas”, subscritos pelos Ministros ou Secretários da Agricultura dos países do Hemisfério.

Por ocasião da Décima Primeira Reunião Ordinária da Junta Interamericana de Agricultura, foi eleito Diretor-Geral do IICA para o período 2002-06 o Doutor Chelston W. D. Brathwaite, de Barbados, que iniciou sua gestão como nono Diretor-Geral da JIA em 15 de janeiro de 2002.